



Parecer Prévio 00031/2021-1 - 1ª Câmara

Processos: 08697/2019-3, 08787/2019-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2018

UG: PMPC - Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Responsável: BRUNO TEOFILO ARAUJO

Procuradores: HELIO DEIVID AMORIM MALDONADO (OAB: 15728-ES), VINICIUS SANTANA SANTOS (OAB: 6580E-ES), FRANCIANE COSTA CADE (OAB: 32981-ES), PRISCILIANE TOMAZELLI MOZER (OAB: 6526E-ES, OAB: 32398-ES), LEANDRO JOSE DONATO SARNAGLIA (OAB: 18810-ES)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – FINANÇAS
PÚBLICAS – LEI 4.320/64 – LEI MUNICIPAL
1.309/2017 – IN 43/2017 – ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS COM BASE NA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ABERTURA DE
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR INDICANDO
COMO FONTE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E
SUPERÁVIT FINANCEIRO INSUFICIENTES –
PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM
RESSALVA – CIÊNCIA – ARQUIVAMENTO**

1. Abertura de crédito adicional em descumprimento de dispositivos legais devem ser confrontados com o impacto real na despesa autorizada.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

I. RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Municipal de Pedro Canário**, sob a responsabilidade do senhor **Bruno Teófilo Araújo**, referente ao **exercício de 2018**.

No **Relatório Técnico 00723/2019-9** (peça 38), emitido pelo **NCONTAS**, a área técnica apontou os seguintes **indícios de irregularidades**:

4.1.1 Abertura de créditos adicionais especiais com base na Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal 1.309/2017);

4.1.2 Abertura de crédito adicional suplementar indicando como fonte excesso de arrecadação insuficiente;

4.3.3.1 Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

Por seu turno, o **NPPREV** elabora o **Relatório Técnico 00842/2019-8** (peça 40), onde a Área Técnica aponta o seguinte indício de irregularidade:

2.1 DEFICIÊNCIA NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP.

Tais indícios originaram a **Instrução Técnica Inicial - ITI 00900/2019-7** (peça 42) para a **citação** do responsável.

Em atenção ao **Termo de Citação 01618/2019-1** (peça 44), nos termos da **Decisão Segex 00855/2019-5** (peça 43), o gestor encaminha a **defesa/justificativas 00159/2020-8** (peça 47).

O NCONTAS – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade, elabora a **Instrução Técnica Conclusiva 01518/2020-1** (peça 51), **afastando** os seguintes indícios de irregularidades:

- Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

- DEFICIÊNCIA NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP.

E **opinando** pela seguinte proposta de encaminhamento:

Tendo em vista o que determina a legislação pertinente, no que tange ao aspecto técnico-contábil, opina-se que esta Corte de Contas recomende ao Poder Legislativo de Pedro Canário a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da presente Prestação de Contas Anual, exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. BRUNO TEÓFILO ARAÚJO na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/12, em função da permanência das seguintes irregularidades, passíveis de ressalvas, conforme análise procedida:

Item 2.1 - Abertura de créditos adicionais especiais com base na Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal 1.309/2017) (item 4.1.1 do RT 723/19); Base Normativa: artigos 40 a 43 e 46; IN 43/2017;

Item 2.2 - Abertura de crédito adicional suplementar indicando como fonte excesso de arrecadação e superávit financeiro insuficientes (item 4.1.2 do RT 723/2019-2); Base Legal: artigo 43, inciso II e § 3º, da Lei Federal 4.320/1964. *(parcialmente sanado)*

Após o **apensamento** do **Processo TC 08787/2019-2** aos presentes autos, o NCONTAS elabora a **Manifestação Técnica 02928/2020-8** (peça 59), opinando pela seguinte proposta de encaminhamento:

Proposta de encaminhamento

Ante o exposto, tendo em vista a necessidade de **promover novo contraditório** e considerando o art. 126 do RITCEES, propõe-se determinar a oitiva do Prefeito, Sr. BRUNO TEOFILO ARAUJO, para que se manifeste no prazo improrrogável de até trinta dias, tendo em vista a Decisão Plenária 15/2020 de que nas prestações de contas anuais de gestão em que figura como responsável será emitido parecer prévio, a fim de instrumentalizar o julgamento pela Câmara Municipal para todos os fins, observado o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal, ou seja, tendo em vista a repercussão das irregularidades remanescentes da PCA de gestão de 2018 nas contas de governo.

Sugerimos, também, que se determine a remessa da cópia desta instrução, juntamente com o **Termo de Notificação**.

Em atenção ao **Termo de Notificação 01163/2020-6** (peça 61), nos termos da **Decisão Segex 00291/2020-9** (peça 60), o gestor encaminha a

defesa/justificativas 01130/2020-1 (peça 64), além de peças complementares (peças 66 a 69).

Em **Petição Intercorrente 01180/2020-1** (peça 71), o gestor constitui sua bastante procuradora a Dra. Mônica Rodrigues Pereira Silveiras, OAB/ES 27.241, além de solicitar **dilação de prazo** para complementação de defesa, devidamente **INDEFERIDA**, nos termos da **Decisão em Protocolo 00420/2020-4** (peça 73).

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 00801/2021-1** (peça 83) da 3ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Heron Carlos Gomes de Oliveira**, anui **parcialmente** à proposta contida na **Instrução Técnica Conclusiva 01518/2020-1**.

Discorda o *Parquet* de Contas no que tange, especificamente, à valoração atribuída pela área técnica à irregularidade **ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS COM BASE NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL** (LEI MUNICIPAL 1.309/2017) (ITEM 4.1.1 DO RT723/19), no valor de **R\$ 290.609,40**, a qual, **independentemente do valor** dos créditos abertos **sem autorização específica** do parlamento municipal (mediante lei própria), **não pode ser considerada falta de natureza formal** a ensejar a aprovação com ressalva das contas na forma do art. 80, inciso II, da Lei Complementar Estadual 621/2012, motivo pelo qual o órgão ministerial **pugna** pela emissão de parecer prévio pela **REJEIÇÃO DAS CONTAS** em análise, na forma do art. 80, inciso III, do referido diploma normativo.

Por derradeiro, com fulcro no inciso III do art. 41 da Lei 8.625/93[1], bem como no parágrafo único do art. 53 da Lei Complementar nº 621/12[2], reserva-se o direito de manifestar-se oralmente por ocasião da sessão de julgamento/apreciação em defesa da ordem jurídica

II. FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os autos, verifico que o mesmo se encontra **devidamente instruído**, portanto, **apto à apreciação de mérito**, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Compulsando o **Relatório Técnico 00723/2019-9** destaco alguns aspectos que considero fundamentais para a análise:

CUMPRIMENTO DE PRAZO

A prestação de contas foi **entregue** em **28/03/2019**, via sistema CidadES, **observando** assim o **prazo limite** de **01/04/2019**, definido em instrumento normativo aplicável.

- A Lei Orçamentária Anual do município, **Lei 1309/2017**, estimou a **receita** e fixou a despesa em **R\$ 61.773.326,47** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 6.177.332,65**, conforme 5º, inciso I, da LOA.

- Confrontando a **Receita Total Realizada** de **R\$ 70.244.132,87** com a **Despesa Total Executada** (empenhada), da ordem de **R\$ 58.660.513,87**, temo um **resultado superavitário** da ordem de **R\$ 11.583.619,00**.

- O Balanço Patrimonial evidencia um resultado patrimonial **superavitário**, no período, da ordem de **R\$ 12.787.295,30**, resultado da dedução das variações patrimoniais aumentativas (R\$ 93.980.206,86) das variações patrimoniais diminutivas (R\$ 81.192.911,56).

- O Balanço Financeiro aponta que a **disponibilidade** (Ativo Financeiro) sofreu um **incremento** de **R\$ 8.077.676,85**, passando de **R\$ 74.514.827,85** no início do exercício para **R\$ 82.592.504,70** no final do mesmo.

- Houve um **Superávit Financeiro** (Ativo Financeiro R\$ 82.592.504,70 – Passivo Financeiro R\$ 5.090.843,98), da ordem de **R\$ 77.501.660,72**, superando o superávit de 2017 que foi da ordem de **R\$ 64.141.512,04**. Destaca a Área Técnica que do **superávit** apontado, **R\$ 61.011.407,77** é pertinente ao **Instituto de Previdência**.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:

Dos levantamentos efetuados, restou constatado que o município em análise obteve, a título de **Receita Corrente Líquida – RCL**, no exercício de 2018, o montante de **R\$ 62.545.791,30**.

O Poder Executivo realizou **despesa com pessoal** no montante de **R\$ 30.489.861,85**, resultando, desta forma, numa aplicação de **48,75%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício, descumprindo o limite de alerta, mas **cumprindo** o limite prudencial de **51,30%**, e o limite legal de **54%**.

Os gastos com pessoal e encargos sociais **consolidados com o Poder Legislativo** foram da ordem de **R\$ 32.331.274,74**, ou seja, **51,69%** em relação à receita líquida, estando, portanto, **abaixo** do limite **prudencial** de **57%** e do limite **legal** de **60%**.

A **Dívida Consolidada Líquida** representou **0,00%**, ou seja, **não extrapolou o limite** de 120% da **Receita Corrente Líquida**.

Não houve a contratação de operações de crédito **nem a concessão de garantias ou contra garantia de valores no exercício de 2018**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Foi **observado** o limite de inscrição de restos a pagar não processados pelo Poder Executivo.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município, aprovadas para o exercício sob análise, constata-se a **inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita**.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

O total **aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino** foi de **R\$ 8.403.558,68**, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **25,15%**, **cumprindo** assim o **percentual mínimo** a ser aplicado de **25%**.

Foi apurado valor de **R\$ 6.655.938,66** dedicado ao pagamento dos profissionais do magistério, resultando em uma aplicação de **61,84%** da cota-parte recebida do **FUNDEB** (R\$ 10.763.687,55), **cumprindo** assim o **percentual mínimo** de **60,00%**.

O total aplicado em **ações e serviços públicos de saúde** foi de **R\$ 7.573.018,99**, após as deduções, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **22,66%**, **cumprindo** assim, o **limite mínimo** a ser aplicado na saúde de **15%**.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb concluiu pela **aprovação** das contas.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde concluiu pela aprovação das contas.

O Poder Executivo transferiu recursos **R\$ 2.218.561,80** ao Poder Legislativo, portanto, **abaixo** do limite permitido de **R\$ 2.224.092,47**.

CONTROLE INTERNO

A documentação estabelecida na Instrução Normativa TC 43/2017 **foi encaminhada**, nos termos previstos pela regulamentação, sendo que **não** foram apontados indicativos de irregularidades.

MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES **não** foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

- Iniciou o exercício com um saldo de **Caixa** da ordem de **R\$ 74.414.351,87** e encerrou o mesmo com um saldo de **Caixa** da ordem de **R\$ 82.498.332,10**.

Teve um **resultado** Patrimonial Acumulado Superavitário da ordem de **R\$ 12.787.295,30**.

Existência de **conformidade** entre os demonstrativos contábeis, além de **observância** ao **método das partidas dobradas**.

Não houve execução orçamentária da despesa empenhada (R\$ 58.660.513,87) em **valores superiores** à dotação atualizada (R\$ 70.704.184,54).

O valor da **dotação atualizada** de **R\$ 70.704.184,54** foi **superior** à **receita prevista atualizada** de **R\$ 64.197.728,31**. Este assunto foi tratado no **item 4.1** do Relatório Técnico.

O valor total da **receita realizada** de **R\$ 70.244.132,87** foi **superior** ao valor da **despesa executada** de **R\$ 58.660.513,87**.

REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS

Da análise das fichas financeiras do Prefeito e do Vice-Prefeito referentes ao exercício de 2018 (processo TCEES 8.787/2019-2, arquivo FICPAG), verifica a Área Técnica que o Prefeito percebeu **R\$ 13.130,00** (doze mil e quinhentos reais) entre janeiro e abril a título de subsídio e, **R\$ 13.401,79¹** (treze mil reais) entre maio e dezembro.

Já o Vice-Prefeito percebeu **R\$ 5.013,79** (cinco mil treze reais e setenta e nove centavos) mensais em 2018. Registre-se, por oportuno, que o atual vice-prefeito optou pela remuneração do cargo efetivo que ocupava, acrescido de parcela do subsídio do cargo eletivo, estando portanto, **em conformidade** com o mandamento legal.

Pois bem.

Após **decidir manter o afastamento** dos itens – “inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural” e – “deficiência na emissão do certificado de regularidade previdenciária – CRP”, da **Instrução Técnica Conclusiva 01518/2020-1**, em face dos **argumentos fáticos e jurídicos** ali narrados, passo agora a tecer uma breve abordagem em relação aos dois itens **mantidos no campo da ressalva**.

2.1. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS COM BASE NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LEI MUNICIPAL 1.309/2017) (ITEM 4.1.1 DO RT 723/19)

¹ A **Lei Municipal 1.284/2017** concedeu revisão geral anual no valor de **4,00%** (quatro pontos percentuais), válido para o exercício financeiro de 2017, e a **Lei Municipal 1.319/2018** concedeu revisão geral anual no valor de **2,07%** (dois vírgula zero sete pontos percentuais), válido para o exercício financeiro de 2018.

Base Normativa: artigos 40 a 43 e 46; IN 43/2017.

Conforme demonstrado na tabela 01, da análise das relações de créditos adicionais encaminhadas pelo gestor (arquivo digital DEMCAD), verificou a Área Técnica que foram abertos **créditos adicionais especiais** no montante de **R\$ 290.609,40**, com base nas autorizações contidas na **Lei Orçamentária Anual**.

Ocorre que somente por **Lei Específica** é que se poderia abrir tais créditos.

O **defendente**, alega um eventual erro na geração do arquivo xml, informando ter encaminhado junto à defesa, **cópia dos decretos de abertura** dos créditos adicionais mencionados. Também reproduziu à fl. 2 da defesa, telas de lançamento dos créditos em análise, no sistema informatizado de contabilidade da prefeitura.

Destaca a Área Técnica que, não obstante os esclarecimentos apresentados, **não foram encaminhados pelo defendente os decretos de abertura dos créditos adicionais mencionados pela defesa**, fragilizando, assim, sua argumentação. Entretanto, tendo em vista o valor de **R\$ 290.609,40**, de **baixo potencial ofensivo para macular a integridade das contas**, opina por manter o presente indicativo de irregularidade no **campo da ressalva**.

Os excertos do Relatório Técnico, destacados no início da fundamentação, demonstram ser **coerente** a consideração do presente item como de **baixo potencial ofensivo**. Sendo assim, **acompanho** o entendimento da Área Técnica, **discordo** do entendimento do *Parquet*, **mantendo** o presente indicativo de irregularidade no **campo da ressalva**.

2.2 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR INDICANDO COMO FONTE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO INSUFICIENTES (ITEM 4.1.2 DO RT 723/2019-2)

Base Legal: artigo 43, inciso II e § 3º, da Lei Federal 4.320/1964.

O Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais (DEMCAD) demonstra um montante de **R\$ 2.464.742,89** em créditos adicionais suplementares abertos com base no Excesso de Arrecadação e de **R\$ 6.466.115,18** abertos com base no Superávit Financeiro do exercício anterior.

No entanto, conforme observa-se na tabela 04, houve a abertura de créditos em fontes de recursos que não obtiveram excesso suficiente para cobertura dos respectivos créditos, conforme demonstrado abaixo:

Fonte sem excesso de arrecadação suficiente			Em R\$ 1,00
Fontes de Recursos	Créditos abertos com base em "Excesso de arrecadação" "A"	Excesso de Arrecadação apurado "B"	Insuficiência "C = B-A"
203 - RECURSOS DO SUS	952.888,53	180.667,92	-772.220,61
604 - ROYALTIES DO PETRÓLEO	406.697,99	121.400,65	-285.297,34
103 - FUNDEB – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	451.726,70	-381.545,37	-833.272,07
602 – COSIP	172.968,86	29.305,64	-143.663,22

Da mesma forma, não se verificou superávit financeiro suficiente na seguinte fonte de recurso:

Fontes de Recursos	Créditos abertos com base em "Superávit Financeiro" "A"	Superávit Financeiro apurado "B"	Insuficiência "C = B-A"
119 - RECURSOS DO FNDE (Salário-Educação)	415.000,00	0,00	-415.000,00

Segundo o **defendente**, a análise constante do RT 723/2019 **incorreu em erro** ao considerar no cálculo do excesso de arrecadação, a diferença entre o valor arrecadado e a previsão de receita atualizada, **quando o correto é considerar a diferença entre o valor arrecadado e o montante previsto inicialmente**.

Entende a **Área Técnica** que, de fato **assiste razão ao defendente**, quanto à apuração do excesso de arrecadação de receita. O método para verificação da ocorrência de excesso na arrecadação consiste em apurar a diferença entre o valor arrecadado e o montante inicialmente orçado (previsão inicial). Nesse sentido, a apuração do excesso de arrecadação das fontes questionadas, de acordo com dados extraídos do Balancete da Receita Orçamentária integrante da PCA 2018, fica conforme demonstrado abaixo:

Fontes de Recursos	Créditos abertos com base em "Excesso de arrecadação" "A"	Excesso de Arrecadação apurado "B"	Insuficiência a "C = B-A"
203 - RECURSOS DO SUS	952.888,53	1.133.556,45	180.667,92
604 - ROYALTIES DO PETRÓLEO	406.697,99	514.326,39	107.628,40
103 - FUNDEB – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	451.726,70	68.792,45	-382.934,25
602 – COSIP	172.968,86	202.274,50	29.305,64

Verifica que, pela tabela acima, que **das fontes anteriormente questionadas** por insuficiência no excesso de arrecadação, **apenas a fonte 103 (FUNDEB 60%) permaneceu de fato sem lastro suficiente** para assegurar a abertura de créditos adicionais. Ressalta contudo, que, conforme consta do Balancete da Receita Orçamentária 2018, **a fonte de recursos 102 (FUNDEB 40%) obteve um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 573.701,31, suficiente**, portanto, para fazer frente à abertura por **excesso de arrecadação na fonte 103**, tendo em vista tratar-se de recursos de livre aplicação no FUNDEB.

No que tange à abertura de créditos adicionais com base em *superávit* financeiro na **fonte 119 (RECURSOS DO FNDE)**, no qual se apurou uma insuficiência financeira do exercício anterior de R\$ -415.000,00, **o defendente não se manifestou**.

Assim, diante do exposto, ficam **parcialmente acolhidas** as justificativas apresentadas, tendo em vista a **manutenção da irregularidade pertinente aos créditos**

abertos sem suficiência de *superávit financeiro* do exercício anterior na fonte 119.

Entretanto, considerando que a irregularidade **não trouxe maiores implicações ao equilíbrio fiscal**, **não havendo** apontamento de **déficit financeiro** ou **orçamentário**, bem como **inscrição** de restos a pagar não processados **sem disponibilidade financeira** (tabela 27 do RT), opina a Área Técnica por considerar o item **passível de ressalva**, dado o **baixo potencial ofensivo** para macular a integralidade das contas.

Assim como no item anterior, os excertos do Relatório Técnico, destacados no início da fundamentação, demonstram ser **coerente** a ponderação da Área Técnica do presente indicativo de irregularidade em relação ao **equilíbrio fiscal**. Sendo assim, **acompanho** o entendimento da Área Técnica e *Parquet*, mantendo o presente indicativo de irregularidade no campo da ressalva.

III. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, **acompanhando integralmente** o entendimento da área técnica e **discordando** do entendimento do Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Parecer Prévio que submeto à sua consideração.

SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Conselheiro relator

1. PARECER PRÉVIO TC-031/2021-1

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. AFASTAR os seguintes indícios de irregularidades, sugerido pela Área Técnica e *Parquet*:

1.1.1. INCONSISTÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL;

1.1.2. DEFICIÊNCIA NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP.

1.2. MANTER as seguintes irregularidades no **campo da ressalva, sem o condão de macular as contas:**

1.2.1. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS COM BASE NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL;

1.2.2. ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR INDICANDO COMO FONTE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO INSUFICIENTES.

1.3. EMITIR PARECER PRÉVIO recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** das contas da **Prefeitura Municipal de Pedro Canário**, no exercício de **2018**, sob a responsabilidade do Senhor **Bruno Teófilo Araújo**, na forma prevista no artigo 80, inciso II, da Lei Complementar 621/2012;

1.4. DAR CIÊNCIA aos interessados;

1.5. ARQUIVAR os autos após os trâmites legais.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 30/04/2021 – 19ª Sessão Ordinária da 1ª CÂMARA

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente/relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões